



Governo do Distrito Federal
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Conselho Administrativo

ATA - IPREV/CONAD

ATA DA NONAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Ao sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às 9 (nove) horas e 12 (doze) minutos, por videoconferência, realizou-se a nonagésima quarta reunião ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - CONAD/Iprev/DF, instituído pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, como órgão superior que integra a estrutura do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. A reunião foi presidida pelo Senhor Inaldo José de Oliveira, Presidente do Conselho, e secretariada por mim, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, Analista Previdenciário. Conforme o Artigo 88 da Lei Complementar 769/2008, participaram da reunião os seguintes **Conselheiros Titulares representantes do Governo**: Juliana Neves Braga Tolentino; Representante da Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal, Paulo Cavalcanti de Oliveira; Representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Inaldo José de Oliveira; Representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Raquel Galvão Rodrigues da Silva; Representante do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. **Conselheiros Suplentes representantes do Governo**: Raimundo Dias Irmão Júnior, representante da Casa Civil do Distrito Federal, que ascendeu como Titular; Ledamar Sousa Resende, representante da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que ascendeu como Titular; Ana Carolina Reis Magalhães, representante da Procuradoria-Geral do DF, que ascendeu como Titular; Paulo Henrique de Sousa Ferreira, representante do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal; **Conselheiros Titulares representantes dos segurados, participantes ou beneficiários indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal**: Rejane Vaz de Abreu, Ana Paula Machado Neves, Marcelo Mota de Queiroz, Saulo de Oliveira Nonato, Rogério Oliveira Anderson, Cássia Maria de Souza Barreto, Rafael Teixeira Cavalcante. Registra-se também que participaram desta reunião, na qualidade de **convidados, os seguintes servidores do Iprev-DF**: Thiago Mendes Rodrigues, Diretor de Investimentos; Luiz Gustavo Muglia, Diretor Jurídico; Jucelio Duarte Ponciano, Chefe da Unidade de Comunicação; Lucyano Segundo, Coordenador de Gestão de Ativos e Não Financeiros; Lucas Fernandes de Azevedo, Chefe de Gestão de Ativos e Não Financeiros do Fundo Solidário Garantidor; Régia Marisol Hosana Silva, Ouvidora do Iprev; Célia Maria Ribeiro de Sales, Diretora de Administração e Finanças; Jucelina Santana da Silva, Chefe da Unidade de Atuária; Anny Cardine Alves de Oliveira, Assessora Especial da Presidência. Dando início aos trabalhos, após a chamada, e, constatando-se quórum legal, o Presidente do CONAD, Sr. Inaldo Oliveira, declarou aberta a sessão. Em seguida, passou a tratar do primeiro item da pauta: item **I – Leitura e aprovação da Ata e do Extrato da Ata da 93ª Reunião Ordinária**. Nesse momento, questionou os membros do Conselho se todos haviam feito uma leitura prévia da versão final do documento, bem como se havia observações a apontar. Tendo recebido as confirmações acerca das leituras e as negativas acerca do apontamento de observações, visando otimizar o tempo, sugeriu que uma nova leitura fosse dispensada, o que foi unanimemente aceito. Assim, o Presidente do Conselho encaminhou o item para votação, que foi aprovado por unanimidade. Passou, então, para o item **II – Apresentação do Relatório Anual de Atividades da Seccional de Ouvidoria, exercício 2024 - (Ouvidoria - OUV)**. Com a palavra, a Ouvidora do Iprev, Sra. Régia Marisol, iniciou sua fala

agradecendo a oportunidade e destacou que a Ouvidoria deve ser compreendida não apenas como canal de denúncias ou reclamações, mas como instrumento de governança, pautado pela transparência, integridade e prestação de contas à alta gestão, aos beneficiários e à sociedade. Apontou o alinhamento com a Controladoria-Geral do DF, com a Ouvidoria-Geral e com as seccionais dos demais órgãos, no sentido de aplicar os princípios da governança à atuação da Ouvidoria. Segundo ela, a atuação vinha sendo cada vez mais inteligente, criativa e participativa, com foco no público interno e externo. A Ouvidora apresentou os principais dados e resultados obtidos ao longo de 2024. Destacou também a importância do sistema “Participa DF”, que unificou os sistemas de ouvidoria e acesso à informação, contando com recursos como a assistente virtual Isa e integração com a Receita Federal, o que possibilitava maior agilidade e segurança no registro das manifestações. Informou que, sobre os pedidos de acesso à informação, o IPREV havia recebido 112 (cento e doze) solicitações, com média de resposta de 10 (dez) dias e 100% (cem por cento) de cumprimento dos prazos. Ratificou que o Instituto mantinha desde 2018 esse desempenho. A Ouvidora também compartilhou os índices de desempenho pactuados com a alta gestão, mostrando os índices de satisfação, recomendação, satisfação com a resposta e resolutividade. Em seguida, apresentou os projetos realizados no ano de 2024 como ouvidoria itinerante, tais como: promoção de palestras sobre assédio sexual e moral e a elaboração do Manual de Atendimento da Ouvidoria. Destacou, ainda, que o IPREV havia alcançado 100% (cem por cento) no Índice de Transparência, sendo reconhecido no ranking da Controladoria-Geral do DF e recebendo o Prêmio ITA. Na sequência, os conselheiros manifestaram elogios à atuação da Ouvidoria e ao comprometimento da equipe, com destaque para a parceria entre as unidades do Instituto, que viabilizavam a excelência do trabalho realizado. Encerrando a apresentação, a Ouvidora reforçou o compromisso com a transparência, a avaliação contínua e a prestação de contas, colocando-se à disposição para novos esclarecimentos e reiterando o papel fundamental de todos os colaboradores no sucesso das ações da Ouvidoria. O Presidente agradeceu e questionou se havia dúvidas quanto ao apresentado. Não havendo manifestações, prosseguiu passando para o **item III – Apresentação do Relatório da execução do Plano de Gestão Imobiliária (PGI) - 1º Trimestre - (Diretoria de Investimentos - DIRIN)**. Com a palavra, o Sr. Lucyano Segundo, Coordenador de Gestão dos Ativos Não-Financeiros do FSG (COANF) e o Chefe da Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros (UFSG), Lucas Fernandes, que iniciaram a apresentação expondo o andamento do cronograma previsto. Durante a apresentação foi destacado que a primeira etapa do cronograma, referente ao primeiro bloco de imóveis funcionais, já havia sido concluída, com a definição da instrumentalização via convênio com a Terracap. Foi informado que o processo encontrava-se em fase de tramitação da minuta entre o Iprev e a referida instituição, com envio de documentos e certidões e que uma visita técnica aos imóveis estava prevista para ocorrer em breve, com participação da equipe de avaliação da TerraCap. Ressaltaram que havia interesse do secretário de Economia e do governador para que a venda desses imóveis acontecesse ainda no terceiro trimestre do ano. No tocante ao segundo bloco de imóveis, informaram que o estudo de instrumentalização também havia sido concluído, e a equipe analisava a melhor estratégia a ser adotada, ainda sem definição, em virtude da prioridade estar concentrada no bloco 1. Sobre os blocos 3 e 4, pontuaram que estavam em estudo jurídico, com definição prevista até o final do semestre, e o bloco 5, relativo à permuta de imóveis, encontrava-se em discussão entre o Iprev e a Secretaria de Economia, dentro do cronograma estabelecido para conclusão até o fim do ano. Foi reforçado que o bloco 1 era o que mais gerava despesa ao Instituto, sobretudo em segurança e manutenção, justificando sua priorização. Pontuaram, ainda, sobre as oscilações de valores entre as avaliações de imóveis e a natureza dessas variações no mercado, especialmente em glebas sem destinação definida. Discutiu-se a destinação das glebas, especialmente no Pólo JK, e a necessidade de acompanhar o processo de inclusão dessas áreas no PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial), que estava em revisão. Foi alertado que a não inclusão naquele momento poderia resultar em um atraso de dez anos, devido ao ciclo decenal de revisão do plano. Segundo eles, a Câmara Legislativa não poderia propor alterações diretamente no PDOT, sendo responsabilidade do Executivo a iniciativa. A Diretoria de Investimentos foi orientada a acompanhar de perto esse processo junto à SEDUH (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação). O conselheiro Sr. Rafael questionou sobre o processo de avaliação dos imóveis e a possibilidade de uma nova contratação, tendo em vista que a última avaliação havia sido em 2023. Em resposta, o Diretor de Investimentos informou que havia sido aberto recentemente um novo processo de avaliação, objetivando cumprir o ciclo de três anos estabelecido em lei, com previsão de que fosse feita até 2026. Em seguida, foi ratificado, em relação ao bloco 1, que seria feito a venda dos imóveis, por meio de leilão conduzido pela TerraCap, conforme definido anteriormente, sendo essa opção mais vantajosa financeiramente do que o aluguel, que demandaria investimentos em reformas, manutenção e contratação de corretoras. Foi destacado, em seguida, a necessidade de apresentação ao Colegiado dos valores de avaliação, que subsidiarão o lance

inicial dos leilões. Seguidamente, o presidente da mesa passou para o **item IV – Apresentação do Relatório mensal de Investimentos de março de 2025 - (Diretoria de Investimentos - DIRIN)**. Com a palavra, o Diretor de Investimentos, Thiago Mendes, iniciou a apresentação do Relatório da carteira de investimentos. Durante a apresentação, informou que, no mês de março, o Fundo Solidário Garantidor havia tido um rendimento de aproximadamente R\$ 32 milhões, com patrimônio alcançando cerca de R\$ 4 bilhões. A carteira obteve rentabilidade de 0,77%, superando a meta de 0,65%, acumulando 2,45% no ano, acima da meta de 2,32%, com aproximadamente R\$ 100 milhões de rentabilidade acumulada. Thiago pontuou que a carteira mantinha perfil conservador, e 90% dos recursos disponíveis em D0 a D4. O risco de mercado permanecia baixo e a gestão priorizava, no momento, segurança e rentabilidade dentro dos limites da Resolução 4.963. Sobre o fundo capitalizado, foi informado que a carteira ultrapassou R\$1,5 bilhão, com expectativa de atingir R\$ 2 bilhões até o fim do ano. Em seguida, o presidente da mesa agradeceu e novamente abriu um espaço para dúvidas. Não havendo nenhum questionamento, passou para o **item V – Esclarecimentos sobre a Rentabilidade do Fundo Solidário Garantidor - Parecer CONFIS - (Diretoria de Investimentos - DIRIN)**. Novamente com a palavra, o Diretor de Investimentos, Thiago Mendes, iniciou sua exposição explicando que a rentabilidade do Fundo não havia atingido a meta estabelecida para o ano anterior e pontuou que o principal fator que comprometeu a performance da carteira foi a valorização negativa dos títulos públicos marcados a mercado, impactados por uma reversão nas expectativas do mercado ocorrida a partir de abril do ano anterior. Pontuou que o aumento contínuo da taxa Selic havia afetado diretamente o desempenho do Fundo, especialmente nos papéis de renda fixa de longo prazo. Em seguida, demonstrou, por meio de gráficos e tabelas, que abril e dezembro foram os meses de pior desempenho, com um rendimento total insuficiente para atingir a meta. A apresentação incluiu comparativos das curvas de juros dos títulos públicos entre janeiro e dezembro de 2024, evidenciando o aumento das taxas, e consequente desvalorização dos títulos públicos, especialmente os de vencimentos mais longos. Como estratégia, foram realizadas aplicações em CDI e títulos com vencimento em 2028, como forma de manter a solvência do fundo e dar continuidade ao esforço de saneamento da carteira. Mencionou também que havia um mandato em aberto, no valor de R\$200 milhões, alinhado com as diretrizes traçadas em 2023. Reforçou que, apesar das dificuldades, a venda de ativos com prejuízo não havia sido adotada, sendo priorizadas as saídas com lucro, mesmo que mais demoradas, evitando-se, com isso, perdas ao erário. Ao final da exposição, o presidente do Conselho questionou sobre a possibilidade de atingimento da meta no ano corrente. Em resposta, Thiago informou que havia, sim, essa possibilidade, considerando que, embora o cenário fiscal continuasse ruim, a economia já havia enfrentado uma elevação significativa da taxa de juros e não esperava-se que esse movimento se repetisse com a mesma intensidade. Caso houvesse janelas favoráveis, seria possível também avançar no saneamento da carteira em ambas as frentes, incluindo o fundo catalisado, pontuou. Não havendo mais dúvidas, o presidente agradeceu ao Sr. Thiago e prosseguiu para o próximo item da pauta: **Informes Gerais**. Com a palavra a Dra. Raquel Galvão, reiterou que o Instituto estava passando por auditoria do Pró-Gestão, realizada pela empresa credenciada para essa finalidade. O objetivo era alcançar o padrão de excelência nível quatro, ressaltando a importância da participação do CONAD, especialmente devido à exigência de que a maioria dos conselheiros possuísse certificação e graduação, com experiência comprovada, além das certidões negativas exigidas. Agradeceu o empenho dos conselheiros para o cumprimento desses requisitos. Em seguida, o conselheiro Sr. Rafael questionou a situação do concurso do IPREV. Em resposta, a Presidente do IPREV explicou que o processo estava em análise na Secretaria de Economia (SEEC) e que alguns servidores aprovados no concurso pediram exoneração após serem aprovados em outros certames. Dra. Raquel informou que, para a prorrogação do concurso atual, seria necessário haver vagas não preenchidas, e que atualmente as 65 (sessenta e cinco) vagas previstas em lei já haviam sido ocupadas. Assim, seria necessário a criação de uma nova lei para ampliar o número de vagas da carreira, com previsão orçamentária para inclusão na LDO. Discutiui-se a possibilidade de prorrogação do concurso vigente por até seis meses, como medida provisória, enquanto se buscava a alteração legislativa para viabilizar novo concurso. Foi pontuado que a não prorrogação até junho inviabilizaria essa possibilidade, visto que o concurso perderia a validade. A prorrogação por curto período poderia contemplar situações pontuais de exoneração que eventualmente gerassem vagas, mas o ideal seria a ampliação estrutural do quantitativo de cargos. Em seguida, a Diretoria Presidente informou que a DIGEP (Divisão de Gestão de Pessoas) já havia encaminhado solicitação para avaliação da prorrogação e que a tramitação da nova lei deveria ser agilizada, especialmente considerando o ano eleitoral que se aproximava, o que poderia comprometer os prazos legais para a criação de novas vagas e realização de concurso. Assim, não havendo mais dúvidas, sem ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Presidente encerrou a sessão às dez horas e cinquenta minutos, e eu, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, lavrei a presente ata,

que após lida e aprovada, será disponibilizada no Processo SEI-GDF nº 00413-00007515/2024-19, para ser assinada eletronicamente pelos Conselheiros Titulares presentes na reunião e publicada no DODF.



Documento assinado eletronicamente por **INALDO JOSE DE OLIVEIRA - Matr.0270240-1, Presidente do Conselho de Administração**, em 05/06/2025, às 11:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SAULO DE OLIVEIRA NONATO - Matr.0283491-X, Membro do Conselho de Administração**, em 05/06/2025, às 14:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA MACHADO NEVES - Matr.0277822-X, Membro do Conselho de Administração**, em 05/06/2025, às 14:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **REJANE VAZ DE ABREU - Matr.0281776-4, Membro do Conselho de Administração**, em 05/06/2025, às 15:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CÁSSIA MARIA DE SOUZA BARRETTO - Matr.0281771-3, Membro do Conselho de Administração**, em 09/06/2025, às 14:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL TEIXEIRA CAVALCANTE - Matr.0281773-X, Membro do Conselho de Administração**, em 11/06/2025, às 09:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEDAMAR SOUSA RESENDE - Matr.0284113-4, Conselheiro(a) suplente**, em 11/06/2025, às 12:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO MOTA DE QUEIROZ - Matr.0281772-1, Membro do Conselho de Administração**, em 12/06/2025, às 09:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO DIAS IRMAO JUNIOR - Matr.0284146-0, Conselheiro(a) suplente**, em 17/06/2025, às 13:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA NEVES BRAGA TOLENTINO - Matr.0280936-2, Membro do Conselho de Administração**, em 02/07/2025, às 14:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **172510149** código CRC= **9DC4A4F8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 09, Torre B, 1º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308-200 -
Telefone(s): (61)3105-3452
Sítio - www.iprev.df.gov.br